



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

DECISÃO GABPRES

Trata-se de processo administrativo autuado Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, em que solicita a produção de 3.500 cartazes para a divulgação da campanha "Sinal Vermelho".

Em parecer de Id. [0631529](#), a Secretaria de Planejamento manifestou-se de forma favorável à contratação.

A Secretaria de Orçamento e Finanças acostou Nota de Dotação demonstrando a disponibilidade orçamentário-financeira ([0637176](#)).

A Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência opinou de forma favorável à contratação da empresa GRÁFICA ZILÓ - EDUARDO SIQUEIRA DE MORAES, CNPJ nº 17.458.949/0001-32, por dispensa de licitação, em razão do preço se enquadrar no limite estabelecido pelo art. 24, II da Lei nº 8.666/93.

É o relatório. Decido.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, bem como o art. 2º da Lei nº 8.666/93, que regem os contratos e as licitações da Administração Pública, a necessidade de processo licitatório para contratações feitas pelo Poder Público com terceiros.

No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções a essa regra, sendo a inexigibilidade de licitação uma das modalidades de contratação direta, constante no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, que dispõe o seguinte:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

Portanto, é inexigível a licitação quando os casos de compras ou serviços não ultrapassem a quantia de R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

A disponibilidade financeiro-orçamentária para a contratação em voga resta demonstrada através da Nota de Dotação de Id. [0637176](#).

Ante o exposto, tendo em vista a inexigibilidade de procedimento licitatório no presente feito, **autorizo** a contratação da empresa GRÁFICA ZILÓ - EDUARDO SIQUEIRA DE MORAES, CNPJ nº 17.458.949/0001-32, por dispensa de licitação, no valor de R\$ 4.550,00 (quatro mil, quinhentos e cinquenta reais), referente ao fornecimento de 3.500 cartazes para atender à demanda de divulgação da campanha "Sinal Vermelho" do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, ficando o pagamento condicionado à apresentação de certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, válidas, bem como consulta ao SICAF.

Encaminhe-se à Secretaria de Orçamento e Finanças para as providências cabíveis.

Manaus, data registrada no sistema.

Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

Presidente

Documento assinado eletronicamente por **Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Desembargador de Justiça**, em 27/07/2022, às 09:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0641696** e o código CRC **D1EE4598**.

2022/000021495-00

0641696v3

Criado por [irenice.filagrana](#), versão 3 por [irenice.filagrana](#) em 25/07/2022 10:27:15.